

A ARMADILHA DA "LIBERDADE" INDIVIDUAL: COMO O ATAQUE AOS SINDICATOS DEIXA O TRABALHADOR À MERCÊ DA EXPLORAÇÃO

O discurso de que o trabalhador não precisa de sindicato e pode negociar diretamente com o patrão esconde um risco alto. Na prática, a chamada “liberdade individual” proposta pela direita isola quem trabalha. **Sem a força da negociação coletiva, o trabalhador perde o poder de barganha para exigir salários dignos, adicionais justos, limites de jornada e ambientes seguros.**

O resultado dessa conta é mais precarização, perda de renda mensal previsível e o enfraquecimento de conquistas históricas, como as férias, o 13º salário e a luta pelo fim de jornadas exaustivas.

Para o trabalhador portuário, o impacto dessas propostas atinge diretamente o cotidiano do porto e o futuro da categoria. A perda da força sindical e o avanço do trabalho pago estritamente por hora fragilizam a estabilidade e a organização da rotina nos portos. Afinal, **sociedades que não admitem a existência de sindicatos não podem ser consideradas democracias, mas ditaduras.**

Com base no programa do candidato da direita, “o país precisa se posicionar contra a República Sindical”. O que isso significa senão o fim dessa estrutura que, goste-se ou não, cumpre um papel importante na luta por regulação e melhoria da renda e das condições de trabalho? Você acha que estará em vantagem ao sentar sozinho na mesa de negociação com o patrão?



Como você vai trabalhar no governo de direita

- **Rotina e pressão idênticas, mas sem respaldo:** o trabalhador cumpre horários, segue ordens de superiores e tem metas fixas como qualquer funcionário da CLT, mas consta legalmente como prestador autônomo ou “parceiro”.
- **Falta de benefícios básicos:** não há recebimento de 13º salário, adicional de férias, repouso semanal remunerado (DSR) ou auxílio-alimentação/transporte.
- **Ausência de proteção e patrimônio:** não existe depósito mensal de 8% do FGTS nem direito ao seguro-desemprego em caso de demissão repentina.
- **Custo do descanso do próprio bolso:** se o trabalhador precisar tirar dias folgados, ficar doente ou tirar férias, ele simplesmente não recebe por esses dias parados.
- **Rendimento real menor:** mesmo que o valor bruto pago pareça equivalente ao de um salário formal, o valor líquido final é substancialmente menor quando descontados os benefícios e direitos trabalhistas que deixaram de ser pagos.
- **Trabalho por hora:** se tem trabalho, chama, se não tem, não chama e não recebe. Como você vai programar sua vida financeira sem compromisso ou continuidade de renda? Ou você acha que vai receber mais pra fazer sua própria reserva?
- **Demissão barata:** se seu serviço não atender, não tem conversa: é rua. A demissão não traz custos e não há programa de reciclagem ou ascensão para um PJ.



Privatizações dos portos e Portus

A privatização das Companhias Docas federais ameaça a continuidade do apoio a compromissos sociais decisivos, como o plano Portus. Empresas privadas focam em metas financeiras e dificilmente assumem o mesmo compromisso social com a categoria.

Imagine se todas as patrocinadoras do Portus estiverem privatizadas? Você acha que essas empresas vão entender a importância social de um instituto de previdência e continuar contribuindo?

Esse cenário ganha contornos ainda mais complexos no Congresso Nacional. Com uma composição de maioria conservadora e alinhada ao setor empresarial na Câmara e no Senado, matérias decisivas — como o PL 733 — enfrentam forte resistência para avançar a favor de quem trabalha.

É justamente nesse ponto que a escolha do Executivo se torna crucial: **contar com a sanção de um presidente alinhado à defesa dos direitos sociais garante uma barreira de proteção contra retrocessos.**

Livre negociação ou falta de opção?

A contradição do discurso fica evidente na postura legislativa da extrema-direita e de seus aliados. Enquanto o plano de governo afirma querer "proteger quem trabalha", parlamentares desse grupo articulam no Congresso para travar pautas históricas da classe trabalhadora, a exemplo da PEC que propõe o fim da desgastante escala 6x1.

Sob o pretexto de defender a "livre negociação" ou a "liberdade de jornada", a manutenção de jornadas exaustivas e sem compensação adequada expõe o real objetivo: **precarizar o trabalho e fragilizar a organização coletiva para manter margens de lucro sem contrapartidas sociais.**

Ao tentar substituir a representação sindical por promessas governamentais ou negociações diretas entre desiguais, o trabalhador é empurrado para a informalidade e a uberização sem direitos, onde a **"liberdade" se resume à escolha entre submeter-se a condições precarizadas ou enfrentar o desemprego.**

A pejetização é uma realidade que tirou direitos dos trabalhadores, que foram levados a acreditar que seriam recompensados financeiramente com os custos sociais do vínculo empregatício, mas, na prática, passaram a receber o valor líquido de um CLT, mas sem qualquer proteção.

Reflexão sobre a perda de direitos

Mais do que uma discussão partidária, o momento exige reflexão sobre consciência de classe e preservação de direitos. **Faltar com políticas públicas sociais e sucatear serviços fundamentais como o SUS, as universidades públicas e a previdência atingem em cheio quem mais precisa da rede de proteção do Estado.**

Além disso, deixar de valorizar os espaços conquistados pelas mulheres, povos indígenas, quilombolas, pessoas pretas, público LGBTQIA+, entre outras minorias, é retroceder em um caminho que vinha avançando a passos curtos, mas constantes.

Avaliar as propostas com atenção é o caminho para proteger o futuro da família portuária e manter viva a capacidade de organização coletiva no país.